



## CONFERÊNCIA<sup>1</sup>

# CONSTITUIÇÃO DE UM DIÁLOGO: a assistência estudantil na UFRN à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas e análise crítica do discurso

*Jonathan Alves Martins*<sup>2</sup>

*Andréia da Silva Quintanilha Sousa*<sup>3</sup>

*Cleide Emília Faye Pedrosa*<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a análise do discurso de oito beneficiários da política de assistência estudantil executada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por meio da tessitura de um diálogo entre a

1

---

<sup>1</sup> Conferência coordenada pelo Laboratório de Políticas Educacionais, do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte (Plataforma Meet) em 24 de novembro de 2021 às 18h.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil; Grupo de Pesquisa Estado, Política e História da Educação (UFG), Grupo de Política do Ensino Superior e Análise de Políticas Públicas Intersetorial (UFRN) atuando como colaborador na pesquisa intitulada “Análise Cognitiva e Políticas Públicas: cenários, defesas e perspectivas (UFRN). Bolsista de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0104-6791>. E-mail: [jonathan.martins.084@ufrn.edu.br](mailto:jonathan.martins.084@ufrn.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Associada da Universidade Federal de Rondônia, lotada provisoriamente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa Análise de Políticas Públicas Intersetorial, coordenando a pesquisa intitulada “Análise Cognitiva e Políticas Públicas: cenários, defesas e perspectivas (UFRN). Colaboradora nos Grupos de pesquisa Estado, Política e História da Educação (UFG) e Grupo de Política do Ensino Superior (UFRN). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4540-4020>. E-mail: [andrea Quintanilha\\_sousa@hotmail.com](mailto:andrea Quintanilha_sousa@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)); Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação de Letras PPGL/UFS. Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos de Linguagem e Ensino – GELINE, Aracajú, Sergipe, Brasil. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4021-8189>. E-mail: [cleideemiliafayepedrosa@gmail.com](mailto:cleideemiliafayepedrosa@gmail.com)



Abordagem Cognitiva de Políticas Públicas (ACPP) e a Análise Crítica do Discurso (ACD) realizada durante conferência proferida pelos autores para o Laboratório de Políticas Educacionais (Lape/UFRN).

A ACPP entende que “uma política é ao mesmo tempo, um constructo social e um constructo de pesquisa, a qual, por isso coloca problemas de difíceis identificação e de interpretação” (MULLER, 2002, p. 11) torna a política uma “categoria analítica” que tanto é um produto do trabalho de construção do seu objeto pelo pesquisador quanto da ação dos atores políticos, sendo desafiador construir um quadro de análise sistêmica da realidade sobre a qual a política quer intervir e ainda identificar os atores e como organizam sua percepção do problema, confrontam soluções e definem suas propostas de ação.

Por sua vez, as pesquisas com discursos tendem a ser qualitativo-interpretivistas. Essa abordagem de pesquisa busca descrever, entender e mesmo explicar fenômenos sociais, colocando o pesquisador como um “observador do mundo”, como escreve Pardo (2015). Assim, ela busca investigar as mais variadas relações sociais e cotidianas dos “participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 29-30).

Portanto, a ACPP e a ACD buscam responder a questionamentos acerca da relação entre os atores e as mudanças sociais.

O *corpus* de análise é proveniente de questionários distribuídos entre os estudantes de graduação atendidos pela política de assistência estudantil na UFRN durante o segundo semestre de 2021 por meio de formulário eletrônico que contou com quatro perguntas abertas e sete fechadas<sup>5</sup>. A

---

<sup>5</sup> O formulário “Relatos de experiência com a assistência estudantil na UFRN” foi destinado a três diferentes cotas amostrais dentro da população analisada (650 estudantes). A primeira, composta por quatro questões abertas e sete fechadas, destinada aos discentes da graduação atendidos pela política de assistência estudantil da UFRN (460 estudantes). A segunda, direcionada especificamente aos bolsistas de apoio técnico, contou com sete questões abertas e quinze fechadas, sendo uma na escala likert (108 estudantes). A terceira cota destinou-se aos estudantes que nunca foram atendidos pela política pública e foi subdividida em três grupos: nunca me inscrevi em editais da assistência estudantil na UFRN (com uma questão aberta e uma fechada, respondidas por 142 estudantes); me inscrevi,



referida pesquisa, que teve como objetivo analisar as experiências desses estudantes com a política pública, foi submetida e aprovada pelo conselho de ética e contou com a participação de seiscentos e cinquenta (650) discentes matriculados nos cursos de graduação. Para esta análise, selecionamos oito respostas.

Inicialmente pontuamos a importância de realizarmos pesquisas que façam um exame crítico das ideologias que controlam o metabolismo social escutando os atores individuais e coletivos que participam diretamente da ação pública, especificamente da política de assistência estudantil executada na UFRN. Em seguida, apresentamos as aproximações entre as Abordagens Cognitivas de Política Pública e a Análise Crítica do Discurso. Por fim, procedemos com a análise da política de assistência em diálogo entre a ACPP e ACD, e tecemos as considerações finais.

### UM DIÁLOGO PROMISSOR

Marilena Chauí, no livro intitulado *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, no capítulo que discute “a questão democrática”, lembra que Merleau-Ponty no ensaio *Le philosophe et la sociologie* assinalava “os riscos de uma rivalidade cultivada entre filósofos e sociólogos, os primeiros considerando-se possuidores da verdade porque detentores da ideia, os segundos reivindicando para si a posse do verdadeiro porque conhecedores do fato” (CHAUÍ, 2011, p. 144).

Chauí (2011, p.144) considera essa “rivalidade obscurantista que priva o filósofo de contato com o mundo e o sociólogo, da interpretação do sentido de sua investigação”. Para a filósofa, essa atitude na verdade esconde uma postura ideológica que acredita na crença da existência do sujeito do conhecimento separado do real. Esse sujeito domina o real por um sistema de representações sem indagar “qual o sentido dos fatos nem qual a

---

mas nunca fui atendido (uma questão aberta e uma fechada, respondidas por 39 estudantes) e; me inscrevi e fui atendido em um ou mais editais (9 respondentes, direcionados ao formulário da primeira cota). Disponível em: <https://ufrn.br/imprensa/noticias/54938/estudo-em-politicas-para-direito-a-educacao-busca-voluntarios-para-pesquisa>. Acesso em: 21 dez 2021.



necessidade das ideias ao serem realizadas pela experiência” (CHAUÍ, 2011, p.144). Essa rivalidade obscurantista pode privar também o analista de políticas públicas da interpretação do sentido da ação pública, sua ideia *materialmente ancorada e sustentada* na construção de um caminho entre essas vertentes analíticas que buscam a mudança social.

Essas reflexões levantadas por Chauí nos ajudam a pensar os impasses que os analistas de políticas públicas enfrentam na compreensão da ação pública e, em especial, o analista de política educacional. Na medida que as políticas educacionais se inserem e são elaboradas dentro de um quadro amplo e complexo de relações de poder e de dominação próprio da sociedade capitalista e se estabelecem espelhando o modelo de sociedade que se pretende reforçar, pode-se correr o risco de secundarizarmos os atores que têm força para implementar as políticas. Em outras palavras, o que nos parece apropriado é repensar a problemática estrutura/atores<sup>6</sup> e uma alternativa pode ser formulada pela abordagem cognitiva de políticas públicas e pela análise crítica do discurso porque ambas as abordagens são teorias da mudança. E ambas reconhecem que a ideologia

tem existência material nas práticas das instituições[...] são significações) construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas) sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2003, p. 116).

Assim como Fairclough (2008), Mézarós (2004, p. 65) afirma que a ideologia “não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. E como tal, não podemos tratar a ideologia como “razão teórica isolada”, pois a sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como “consciência prática inevitável da sociedade de classes”, articulada a um

---

<sup>6</sup> Os atores aqui são compreendidos como agentes (individuais ou coletivos) identificados na medida que eles participam diretamente da ação pública. Estrutura são sistemas de interação duráveis referentes a diferentes subsistemas sociais, elas não dependem da ação de agentes identificados e se expressam nas instituições e nos quadros de interpretação estabilizados do mundo (MULLER, 2018, p. 61).



conjunto de “valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos”. Esses “interesses sociais [...] se entrelaçam conflituosamente” e se manifestam na grande “diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum, independentes)”, como assevera Mézaros (2004, p. 65).

Nesse sentido, “as ideologias conflitantes de qualquer período histórico” articulam suas visões da ordem social e é justamente por ser fundamental que esse “conflito não pode ser simplesmente deixado à mercê do mecanismo cego” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Precisamos ter consciência do conflito social fundamental que alicerça as relações sociais estabelecidas e clareza de que as diferentes formas ideológicas de consciência social têm implicações práticas e de longo alcance em todas as dimensões das relações sociais, inclusive na ordem dos discursos, nas normas, algoritmos e imagens da ação pública, por exemplo.

Em outras palavras, os interesses dos discursos ideológicos não são “proposições teóricas abstratas [...], são na verdade indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis”, como nos lembra Mézaros (2004, p. 65). No caso, trata-se de uma sociedade de classes desigual, excludente e alicerçada na ideologia meritocrática. Se pretendemos mudança social, temos que conhecer os interesses sociais que sustentam as ideologias dominantes.

Para Fairclough (2008, p. 130), “a exploração de tendências de mudança nas ordens do discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social” na medida que essa abordagem busca integrar uma “variedade de perspectivas teóricas e métodos” que podem ser um “poderoso recurso para estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 131).

Nesse sentido, consideremos importante analisarmos a política de democratização do acesso à educação superior implementada na UFRN por meio dos discursos e das ideias em ação, compreendendo que o discurso é “moldado por relações de poder e ideologias” cujos efeitos que



exercem sobre “as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença” não são “normalmente aparentes”, como afirma Fairclough (2008, p. 31).

No estabelecimento do diálogo entre a ACPP e a ACD, podemos aferir que a análise crítica do discurso procura evitar uma relação determinista entre os textos/discurso e o aspecto social. Se fez necessário, pois, considerar as instituições que sustentam, por dominação, determinados discursos e que estes são tanto produzidos quanto interpretados historicamente. As estruturas de dominação veiculadas nos discursos são legitimados por grupos poderosos que usam os discursos para veicular suas ideologias (WODAK, 2003; WODAK; MEYER, 2009; 2015).

Nesse passo, tanto a abordagem cognitiva de políticas públicas quanto a análise crítica do discurso enfatizam que é importante levar em consideração as condições concretas de produção de mudanças (quem são os atores e eventos que têm força para implementar as mudanças?) e também reconhecer que existem, em determinados casos, atores que são obrigados a mudar de posição no jogo.

Em outras palavras, a problemática estrutura/atores precisa ser formulada pela relação entre instituições, quadros cognitivos e atores. A inclusão dos atores é fundamental na análise – atores de diversas escalas de governo, setor privado, grupos de pressão, pesquisadores, acadêmicos, governos estrangeiros, jornalistas, organizações internacionais, ONG etc., assim como o conceito de mediadores é fundamental porque eles “são agentes que elaboram o referencial das políticas públicas e transformam uma realidade socioeconômica num programa de ação política coerente (JOBERT; MULLER, 1987, p. 71).

Sobre essa questão, Leonardo Secchi (2012, p. 3) traz a distinção entre a abordagem estatista de políticas públicas (state-centered policy-making) e a abordagem multicêntrica. A primeira considera as políticas públicas “monopólio de atores estatais”. Para essa concepção, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Por outro lado, para a abordagem multicêntrica de políticas



públicas, as organizações privadas, as organizações não governamentais, os organismos multilaterais, as “redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com atores estatais, podem ser protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Assim, é importante destacar que uma das principais implicações da existência de uma matriz cognitiva e normativa, partilhada por um certo número de atores, é, como apontam Muller e Surel (2002, p. 47), admitir um “sentimento subjetivo de pertença, produtor de uma identidade específica”, pois, por trás de um referencial ou paradigma, existe um vínculo “entre os princípios gerais e os princípios específicos, cuja articulação conseguida é produtora de identidades”.

Ao considerarmos a política pública como um conjunto de elementos heterogêneos, como uma combinação de leis, decretos, atores sociais, organizações, servidores públicos e subsídios, cabe ao pesquisador não apenas definir se está diante de uma política pública, mas sim o de “se concentrar na forma como os atores reúnem e dão significado a esses elementos heterogêneos”, como nos alerta Phillippe Zittounp (2021, p. 117).

Nesse quesito, concordamos com Hassenteufel (2008, p. 112-114) quando defende a necessidade da construção de um *corpus* homogêneo para identificação dos sistemas de representação através da instrumentalização das análises cognitivas de políticas públicas com análises do discurso, considerando-se a apropriação dos discursos pelos diferentes atores, inclusive aqueles que são atendidos pela política pública.

Wodak (2003, p. 31) afirma que as alterações discursivas “estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva”. Assim, ela opina que, em decorrência desse aspecto, os textos se delineiam, com constância, como sendo arenas de combate que oferecem pistas desses discursos, bem como das ideologias veiculadas que lutam pelo domínio. Daí a importância de os pesquisadores em ACD investirem em uma análise que objetive a desconstrução das ideologias e do poder, como as que iremos proceder nesse diálogo teórico anunciado.



Essa interdependência entre a linguagem/discurso e o poder social é um objeto constante para estudos em ACD, como também para a Sociologia, para a Antropologia, para as Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas, entre outras áreas. Nesse ponto, se faz necessário explicitar, tomando como referência Wodak (2003), que o poder não se origina na linguagem em si; no entanto, a linguagem pode se valer do poder para subvertê-lo. “O poder não somente se efetiva no interior do texto, através das formas gramaticais, mas, também, no controle que uma pessoa é capaz de exercer sobre uma situação social” através do texto, expressa-se Pedrosa (2008, p. 125), numa leitura de Wodak (2003).

Sobre esse tratamento da temática do poder, preferimos a expressão destacada por Van Dijk (1998) quando menciona o “abuso do poder” e como essa prática está articulada à “desigualdade social”. Essa preferência se justifica pela própria escolha do objeto analisado neste artigo: discursos de discentes de nível superior que são atendidos pela política de assistência estudantil da UFRN.

Com este *corpus* de pesquisa, se delinea o engajamento pelas causas sociais, principalmente de grupos vulneráveis, de populações desassistidas, que deve marcar o olhar do pesquisador em ACPP e em ACD. Como dizem Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 54), o “ativismo político desses cientistas [em ACD] é justificado como uma atitude consciente e engajada em favor da justiça, da igualdade, da paz e da liberdade”. Certamente, sabemos que a luta por direitos sociais envolve muitos fatores e que as investigações contribuem com uma boa parcela para “desnudar os mecanismos de funcionamento e a apontar caminhos para sua superação” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 55).

## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRN CONFORME A ACPP**

A política de assistência estudantil executada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte é custeada com recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O referido programa tem como público-alvo “prioritariamente estudantes oriundos da rede





pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” matriculados nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) (BRASIL, 2010).

Tomamos como recorte para análise as ações executadas com recursos da Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para assistência aos estudantes matriculados nos cursos de graduação. É importante observar que, embora o Pnaes seja a principal fonte orçamentária da política de assistência estudantil da UFRN, essa legislação também estabelece critérios para concessão e define o público-alvo. A autonomia e a cultura institucional de cada Ifes para a aplicação dos recursos são mediadas conforme o contexto político, institucional e administrativo de cada instituição, culminando em diferentes programas de assistência aos estudantes nas universidades brasileiras.

A primeira normatização para a concessão de bolsas de pesquisa como política para a assistência a estudantes na UFRN havia sido instituída com a Resolução nº 255 de 1988 e foi substituída pela Resolução nº 21 de 1996. Nesse período, verificou-se que durante as décadas de 1980 e de 1990 até o ano de 2007, a UFRN desenvolveu ações voltadas para a assistência aos estudantes com atendimento voltado à alimentação e moradia, com destinação de recursos próprios.

Em 2008, a resolução nº 169/2008 institucionalizou as regras da política de bolsas da UFRN conforme os referenciais de assistência estudantil normatizado pelo MEC por meio da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Essa Portaria foi editada como decreto pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 19 de julho de 2010, que estabeleceu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) com a “finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Conforme Muller (2018, p. 55), o referencial articula quatro níveis de percepção do mundo – **valores, normas, algoritmos e imagens**. Esses níveis são elementos analíticos que procuram identificar o processo de formulação das políticas públicas.

**Quadro 1** – Níveis de percepção do mundo conforme a ACPP

VALORES	NORMAS	ALGORITMOS	IMAGENS
compreendem as representações fundamentais sobre o que é bom e o que é ruim	aquelas que definem as diferenças entre o que se possui e o que se pleiteia	relações causais que expressam uma teoria da ação pública, análise do problema que gerou a política	atalhos cognitivos que dão significado imediato à ação pública
"A educação é um direito social, o Estado tem o dever de garantir condições de efetivação por meio da assistência estudantil" Versus "educação como serviço (mercadoria) não cabendo ao Estado regular esse "mercado"	"a universidade tem que ser pra todos" "não adianta ampliar o acesso sem garantir a permanência" "é preciso garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes pobres"	"se não houvesse as políticas de assistência estudantil para os graduandos em situação de vulnerabilidade social, não haveria condições materiais de permanência e conclusão do curso para esses estudantes"	"o filho do pedreiro virando doutor"

Fonte: Elaboração própria conforme Muller (2018, p. 56) (2022).

Os **valores** são, conforme Muller (2018, p. 56), "as representações mais fundamentais sobre o que [...] é desejável e o que deve ser rejeitado" no quadro geral da ação pública (democratização do acesso à educação superior pública X expansão pela via privada?). As **normas** são "aquelas que definem as diferenças entre a realidade percebida e a realidade desejada [...] definem princípios de ação mais do que valores" – como na definição de ações que combatam a desigualdade de forma a "contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras" (BRASIL, 201); os **algoritmos** são as "relações causais que expressam uma teoria da ação pública", como por exemplo: se não houver políticas de permanência para estudantes oriundos do ensino médio público e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, eles não terão condição de permanecer e concluir o ensino superior.

As **imagens** são "atalhos cognitivos que dão significado imediato à ação pública" (MULLER, 2018, p. 56). No que tange ao Pnaes, a imagem do "filho do pedreiro virando doutor" produz dois sentidos complementares. O primeiro corresponde à novidade do acesso ao ensino superior de uma camada expressiva da juventude brasileira que em sua maioria é pobre e



negra. O segundo é complementar ao primeiro, pois equivale ao sucesso acadêmico desses jovens provenientes das frações da classe trabalhadora, que, para formar os primeiros médicos, advogados, engenheiros e professores de seus núcleos familiares, passou a demandar por recursos que garantissem a permanência desses estudantes na universidade.

A partir de 2018, a Resolução nº 249 aprovada pelo Consepe, de 20 de dezembro de 2018, passou a regulamentar as ações de assistência aos estudantes da UFRN custeadas com recursos do Pnaes. Assim, a política de assistência estudantil na UFRN passou a ser constituída por auxílios e bolsas de assistência estudantil (Art. 3º), concedidos nas seguintes modalidades: I – auxílio-alimentação; II – auxílio-transporte; III – auxílio-moradia; IV – auxílio-creche; V – auxílio-óculos; VI – auxílio-instrumental; VII – auxílio emergencial; e VIII – auxílio financeiro a estudantes (Art. 4º). A modalidade de auxílio financeiro foi incluída pela Resolução nº 031/2019-Consepe, de 02 de abril de 2019.

As práticas sociais da assistência estudantil nas Ifes brasileiras e na UFRN em particular são normatizadas conforme referencial global (governança de racionalidade neoliberal) e setorial (Pnaes para assistência ao estudante aos moldes da política de assistência social) dessa política pública. Essa definição normativa culminou na contraditória primazia da assistência social no trato dos assuntos estudantis, conforme o referencial do setor que foi estabelecido por fóruns, como o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), em contextos administrativos cujo referencial é de governança e prestação de contas. Sabemos que “os referenciais – são ao mesmo tempo a expressão das restrições estruturais e o resultado do trabalho sobre o sentido efetuado pelos atores” (MULLER, 2018, p. 61). Assim, essas práticas sociais são executadas por atores de decisão, que conforme a concepção ontoepistemológica que assumimos, são seres sociais e históricos, que, embora determinados pelo contexto da estrutura e superestrutura sociais, são também criadores da realidade social e, por conseguinte, transformadores de tais contextos, como nos ensina Marx (2011).



Conforme Muller (2018), a abordagem cognitiva considera o valor das ideias na concepção das políticas públicas, não apenas concernentes aos atores de decisão, como servidores e gestores públicos, mas também aos sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas. Assim, para o diálogo entre a ACP e a ADC, tomamos por objeto de análise o *corpus* formado por uma seleção de dez fragmentos retirados do formulário supracitado, respondido por 650 estudantes atendidos pela política pública, discussão que apresentamos na sequência.

### **ACPP E ADC: DIÁLOGO, POSSIBILIDADES EM ANÁLISE DO DISCURSO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRN**

Diante do conhecimento das várias correntes de análise que se desenvolveram na ACD<sup>7</sup>, optamos, neste trabalho, pela corrente Dialético-Relacional de Fairclough (2008), e especificamente, pelo modelo tridimensional de análise do discurso.

12

#### **Enfoque social de Fairclough e seu modelo tridimensional**

Quando Fairclough (2003) apontou que a localização teórica da ACD está em trabalhar com o discurso como um momento de prática social, explicitou que as práticas incluem elementos que se encontram dialectalmente relacionados, como: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semioses.

A fim de fazer uma análise crítica de discursos, Fairclough (2008, p 100), em sua primeira proposta, indica uma análise tridimensional. Ela é tridimensional porque abarca o texto, o discurso e a interpretação do social.

Em seu primeiro modelo de análise, Fairclough (2008) investe na mudança discursiva em relação à mudança social e cultural. No pensar do analista, “mudanças” envolvem cruzamento de fronteiras, resultando em transgressões, porém envolvem também a combinação de convenções

---

<sup>7</sup> Dialético reacional de Fairclough, Sociocognitiva de Van Dijk, Histórico-Discursiva de Wodak etc. (CUNHA, 2021; WODAK, 2003).



existentes através de combinações novas sob um olhar com outras lentes. Podemos ter uma primeira visão desse modelo pelo quadro a seguir:

### Quadro 2 – Modelo tridimensional e perspectivas analíticas

Perspectivas analíticas	Objetivos
multidimensional	Aferir as relações entre mudança discursiva e social; relacionar as propriedades de textos às características sociais de eventos discursivos.
multifuncional	Constatar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para transformar as relações sociais e identidades dos atores.
histórica	Debater a “estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de ‘ordens de discurso’” (FAIRCLOUGH, 2008, p.27, destaques do autor).

Fontes: Fairclough (2008) e Pedrosa (2008).

Em reforço aos processos sociais de uma análise crítica do discurso, apontamos a necessidade de referência aos aspectos econômicos, políticos e também institucionais nos quais o discurso foi gerado.

Ainda sobre o modelo tridimensional desenvolvido e exposto detalhadamente na obra *Discurso e Mudança Social* de Fairclough (2008), renomados pesquisadores nacionais explicam:

Essa concepção tridimensional foi formulada por Fairclough (2001a), para quem a Análise de Discurso deve recorrer a três tradições de investigação teórica. A tradição de análise textual e linguística, surgida no campo da Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social e a tradição interpretativa ou microssociológica, que leva em conta como as pessoas produzem ativamente e entendem a realidade social ao partilhar o senso comum (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42).

O autor propôs uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) a fim de fundamentar essa sua perspectiva. Não restam dúvidas que os textos são histórica e politicamente constituídos e, por essas características, se constituem documentos de uma sociedade. Logo, eles podem constituir um material de pesquisa (*corpus*), desde que passem por critérios científicos, ou seja, atendam a critérios claros, lógicos, explicitados pelo pesquisador a fim de atender seu recorte de investigação (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).



A seguir, à medida que exporemos as dimensões do modelo faircloughiano, associaremos com exemplos do recorte da pesquisa em pauta.

a) Análise textual: o papel das pistas linguísticas

A análise textual está baseada na tradição da “descrição”. É a dimensão que atenta para a análise linguística. Ela é feita, certamente, em conjunto com as outras dimensões. Para este artigo, faremos um recorte da proposta de Fairclough (2008), já reestruturado de forma completa por Pedrosa (2008).

**Quadro 3** – Análise do texto

ELEMENTOS DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Gramática	Geral	Trabalhar com a transitividade (função ideacional da linguagem), tema (função textual da linguagem) e modalidade, <b>avaliatividade (função interpessoal da linguagem)</b> .
Vocabulário	Significado de palavras	Enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural, as palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, enfim, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.

**Fonte:** Fairclough (2001); Pedrosa (2008, p. 131).

*Gramática e vocabulário*

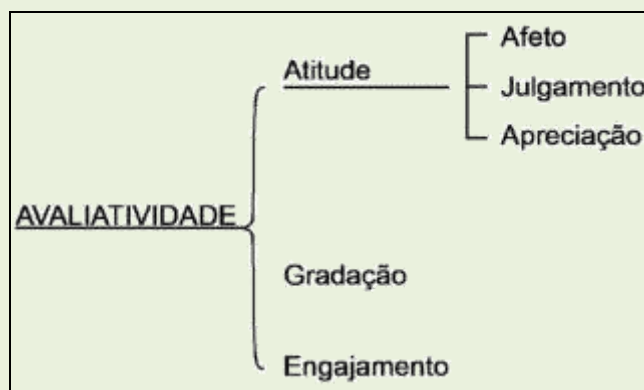
Inicialmente, através do *corpus*, analisaremos categorias da avaliatividade que é estudada dentro da metafunção interpessoal da linguagem. Na proposta tridimensional, a análise textual liga-se à influência do funcionalismo de Halliday (1994) com o desenvolvimento da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

Uma análise com base na LSF trabalha com a perspectiva do uso da língua que atenda ao aspecto social dessa prática. A partir dessa visão social da língua, foi desenvolvida (e está em desenvolvimento) a Gramática Sistêmico-Funcional. Para essa gramática, toda cláusula é resultante de três metafunções da linguagem, a saber: ideacional, trazendo uma representação do mundo do produtor do texto; interpessoal, focando na

interpelação que ocorre nos discursos, evocando, desse modo, identidades e relações sociais e; textual, trabalhando com a estrutura da língua que atenda às significações sociais que deseja evocar (FUZER; CABRAL, 2014; SANTOS, 2014).

A metafunção interpessoal, a escolhida para encaminhar a análise, como anunciado, apresenta a configuração a seguir quanto ao sistema da avaliatividade:

**Figura 1** – Recursos do sistema da avaliatividade e do sistema de atitude



Fonte: Martin; White (2005, *apud* Vian Jr., 2010, p. 20).

Essa metafunção interpessoal nos orienta a “codificar significados de atitudes, interação e relações sociais, isto é, significados interpessoais” (GOUVEIA, 2009, p. 16). São recursos que estão à disposição do produtor textual a fim de que ele se posicione, através do uso da língua, sobre suas crenças, valores e influências sociais (VIAN JR., 2010).

Segundo a Figura 1, nota-se que, através do Sistema de Avaliatividade, que está inclusa em uma semântica discursiva, podemos classificar os recursos léxico-gramaticais por meio de três subsistemas, quais sejam: Atitude, Gradação e Engajamento. Nesse ponto, apresentaremos outro recorte, focaremos no subsistema da atitude, que, por sua vez, divide-se em afeto, julgamento e apreciação. O afeto é utilizado pelo produtor textual para expressar suas emoções; o julgamento é utilizado para julgar (positiva ou negativamente) as pessoas; e, por fim, a apreciação irá imprimir valores positivos ou negativos às coisas. Embora o subsistema de atitude seja o foco central, sempre que pertinente também indicaremos a gradação (o grau de



intensidade com que o produtor textual emite uma avaliação) e o engajamento (as várias vozes que são trazidos no texto/discurso em análise) (ALMEIDA, 2010; VIAN JR., 2010). Vejamos alguns exemplos selecionados a partir da pergunta: **“Qual a sua opinião sobre as políticas públicas de assistência aos estudantes no ensino superior?”**

Afeto: Como o beneficiário se sente em relação à ajuda que recebe.

Fragmento 01; Ex. 01

É de extrema importância, pois o direito a educação é fundamental a qualquer cidadão. As políticas de assistência estudantil é meio que um "reparo" aos obstáculos encontrados para os estudantes do ensino superior conseguirem concluir sua formação, no entanto os recursos repassados são ínfimos a quantidade de estudantes que necessitam desta política [...].

Fragmento 02; Ex. 02

Elas são muito importantes para democratizar o acesso ao ensino superior, porém, a gestão (principalmente na UFRN campus Natal) não procura de fato ajudar os estudantes, de tal forma que eles têm de lutar por direitos básicos que deveriam ter acesso facilmente. Como não precisar morar em uma residência onde 4 pessoas dividem um quarto minúsculo que mais têm cara de presídio do que moradia [...].

De acordo com Almeida (2010), o afeto traz a carga semântica das emoções do produtor do texto. O produtor do texto no fragmento 01, exemplo 1, apresenta uma emoção fortemente negativa em relação à assistência que os estudantes recebem. Para ele/ela, o “reparo” marca o grau de negatividade do seu olhar, dos seus sentimentos por precisar desse tipo de ajuda (“reparo”). “Reparo” nos remete a algo roto, como nossa sociedade caracterizada por uma linha abissal entre os que têm e os que precisam (SANTOS, 2010). O segundo fragmento, exemplo 02, traz a situação de uma comparação entre quartos estudantis e quartos de presídios. Essa comparação evoca os sentimentos do beneficiário/a. Consolidemos essa leitura com uma citação de Almeida (2010, p. 101): o afeto é “uma avaliação pautada nos sentimentos dos falantes/escritores indicando como se comportam emocionalmente em relação às pessoas, às coisas, aos objetos e aos acontecimentos”.

Podemos analisar o segundo fragmento, exemplo 02, considerando a categoria analítica da ACPP referente aos **valores**, compreendidos como “as representações fundamentais sobre o que é bom e o que é ruim”





(MULLER, 2018, p. 56). Assim, na perspectiva da ACP: para o estudante atendido pela política, a assistência estudantil é condição para a democratização da educação superior, ao passo em que aponta para a necessidade de os estudantes terem de reivindicar “por direitos básicos”, como por exemplo, não terem de viver em um espaço “minúsculo que mais têm cara de presídio do que moradia”.

A ação pública no “ciclo do Estado empresa” é marcada pelo **“referencial global de eficiência pública”** e **“regime de cidadania individual”**. Essa configuração global pesa sobre os atores na medida que reduz as escolhas, como assevera Muller (2018, p. 75). Em outras palavras, o papel da ação pública nesse ciclo é o de “adotar as medidas necessária para que o Estado não seja um fardo”, as despesas públicas devem ser limitadas e o modo de gestão pública deve ser alicerçado na eficácia e na eficiência. Nesse sentido, a limitação de despesas leva a reduzir os custos sociais focalizando naqueles que mais precisam (MULLER, 2018, p.80).

### Julgamento: como o/a estudante atendido julga as pessoas

#### Fragmento 03; Ex. 02

Elas são muito importantes para democratizar o acesso ao ensino superior, porém, a gestão (principalmente na UFRN campus Natal) não procura de fato ajudar os estudantes, de tal forma que eles têm de lutar por direitos básicos que deveriam ter acesso facilmente [...].

#### Fragmento 04; Ex. 03

[...] Muitos estudantes passam fome na residência e outros não conseguem ter um auxílio transporte. No meu caso vou pra UFRN a pé e volto todo dia durante as aulas presenciais. Naquele sol de Natal. Muita gente que necessita fica de fora. Realidade do nosso país que valoriza mais bandidos do que o estudante e trabalhador!

#### Fragmento 05; Ex. 01

[...] As seleções para conseguir algum benefício não são fáceis, mesmo que o estudante se caracterize como baixa renda isso não garante que terão algum benefício, é preciso uma seleção que irá escolher os pobres dos mais pobres, isso é problemático pois as necessidades são encontradas para todos aqueles que buscam a assistência estudantil.

Mais uma vez retomando Almeida (2010), recebe-se a explicação de que o julgamento avalia o comportamento das pessoas.

[o julgamento] traduz a maneira pela qual as pessoas fazem avaliações sobre moralidade, legalidade capacidade, normalidade



sempre determinada pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldado por uma cultura particular e uma situação ideológica (ALMEIDA, 2010, p. 106).

Os aspectos da política pública de assistência estudantil da UFRN são colocados em xeque nesses fragmentos recortados anteriormente. Atentemos para os destaques:

“[...] a gestão (principalmente na UFRN campus Natal) não procura de fato ajudar os estudantes, [...] – Fragmento 03, ex. 02;

[...] Muitos estudantes passam fome na residência e outros não conseguem ter um auxílio transporte. No meu caso vou pra UFRN a pé e volto todo dia durante as aulas presenciais. [...] – Fragmento 04; ex. 03;

[...] é preciso uma seleção que irá escolher os pobres dos mais pobres, isso é problemático pois as necessidades são encontradas para todos aqueles que buscam a assistência estudantil. – Fragmento 05; ex 01.

Se aplicarmos a explicação de Almeida (registrada precedentemente), identificamos que o julgamento (explícito e implícito) caracteriza os discursos em análise. Vejamos que há uma “condenação” dos dirigentes que gerenciam as políticas públicas de assistência aos estudantes. O contexto social desses estudantes, que precisam dessas assistências, é tão gritante a ponto de serem descritos como os que “passam fome”, e a assistência é tão ínfima que precisa selecionar os “pobres dos pobres”. Como esse estudante está imerso no “regime de cidadania individual”, ele percebe que precisa “escapar das restrições das identidades impostas” (a classe social) (MULLER, 2018, p. 83). Entretanto, a racionalidade neoliberal, enquanto sistema normativo, acentua a marginalização de partes importantes da população e aprofunda as desigualdades que afetam de múltiplas formas o funcionamento das instituições educacionais (LAVAL, 2019).

No diálogo com a ACPP, especificamente com a categoria analítica referente às **normas**, que são “aquelas que definem as diferenças entre o que se possui e o que se pleiteia” (MULLER, 2018, p. 56), verificamos no fragmento 05, exemplo 1, o apontamento quanto à insuficiência das ações de assistência no atendimento a todos aqueles estudantes que precisam



dessa política pública. Tal insuficiência de ações de assistência caracterizam o **referencial global** de “eficiência pública”, cujo imperativo é o controle dos custos e a obediência à retórica gerencial (MULLER, 2018, p. 83).

A ACD se preocupa em consolidar o papel do discurso nas mudanças sociais que se fazem necessárias. Daí o foco por atingir objetivos emancipatórios para as classes vulneráveis ou grupos minoritários, “o que a insere num paradigma interpretativo crítico da realidade” (MELO, 2018, p. 24). Um paradigma interpretativo crítico que aponte para a ideologia que sustenta as práticas sociais e os discursos, que ocasiona a cisão entre “nós e eles”. É a partir desse distanciamento,

que implica diferentes valores, crenças, e desejos, além de distintas capacidades de acessar e mobilizar recursos materiais e semióticos – que emerge o conflito social, na medida em que cada lado busca legitimar – e muitas vezes, normatizar e impor – suas ações, projetos e reivindicações, o que torna toda e qualquer prática social um palco para a alternatividade e para a contradição entre formas de representar, agir e ser.” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 89).

Esse palco para as alteridades, neste modelo de sociedade no qual vivemos, traça sua linha abissal entre os que têm recursos, sejam quais forem eles, dos que não possuem esses recursos e, assim, precisem de ajuda para vivenciar o que deveria ser seu de direito, como direito às condições de poder fazer um curso superior.

Essa categoria de julgamento trabalha com significados que objetivam participantes individuais conscientes como estudantes beneficiários; professores, pesquisadores; ou coletivos também como gestores, família, ou até mesmo institucionais como governo, empresas, entre outros (CARVALHO, 2010).

#### Apreciação: como os estudantes atendidos avaliam as coisas

Fragmento 06: ex. 04

São bastante burocráticas, os estudantes que não possuem nenhum tipo de suporte financeiro e têm de se sustentar só precisam passar por uma série de perguntas constrangedoras como se estivessem inventando a situação que ele se encontra, podendo até alguns não conseguirem o suporte pra se manter no ensino superior.

Fragmento 07; ex. 03



Péssima. Muitos estudantes passam fome na residência e outros não conseguem ter um auxílio transporte. No meu caso vou pra UFRN a pé e volto todo dia durante as aulas presenciais. Naquele sol de Natal. Muita gente que necessita fica de fora. Realidade do nosso país que valoriza mais bandidos do que o estudante e trabalhador!

Fragmento 08; ex. 05

Acho extremamente necessário. Considerando a ausência de equidade social em nosso país é fundamental pensar em políticas que atuem na melhora e continuidade do ensino de populações mais vulneráveis.

As coisas, os objetos e os fenômenos são avaliados, positiva ou negativamente, através do subsistema de apreciação. “É a apreciação que abrange as reações dos falantes e as avaliações da realidade” (ALMEIDA, 2010, p. 108). Podemos avaliar tanto utilizando os elementos lexicais quanto as orações completas (“Péssima” – fragmento 07; ex. 03; “são bastantes burocráticos” – fragmento 06: ex. 04; “acho extremamente necessário – fragmento 08; ex. 05). Vejam que ambas as opções conseguem codificar o ponto de vista do produtor textual quanto às políticas públicas de assistência numa demonstração clara do aspecto defendido da Gramática Sistêmico-Funcional, como sendo uma gramática de uso, de escolhas, logo, paradigmática.

Desse modo, a atitude, sistema no qual a apreciação faz parte (como o afeto e o julgamento), se configura como um recurso semântico que as línguas naturais dispõem a fim de que os produtores de um texto possam “realizar avaliações sobre as emoções, o caráter e o comportamento das pessoas e dos objetos e fenômenos do mundo do discurso” (ALMEIDA, 2010, p. 111).

Podemos arrematar que a lexicalização é uma forte pista linguística. Seu uso, através da escolha do produtor textual, traz significação política e ideológica. “Os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos”, afirma Fairclough (2008, p. 230).

Em conformidade com a categoria analítica dos **algoritmos**, que na ACPP são as “relações causais que expressam uma teoria da ação pública



(MULLER, 2018, p. 56), temos no fragmento 8, ex. 5, o apontamento quanto à “ausência de equidade social em nosso país” como entrave para a democratização da educação superior, ao passo em que impossibilita a “melhora e continuidade do ensino de populações mais vulneráveis”.

*b) análise discursiva: a leitura da vida sob uma visão microssociológica*

A prática discursiva corresponde à produção, à distribuição e ao consumo de um texto e está ancorada na tradição interpretativa (ou microssociológica) ao considerar a prática social como estando ligada diretamente à vida das pessoas, assim, língua e discurso não podem se desvincular dos atores inseridos em sua sociedade e cultura. Na produção do texto/discurso, podemos focar na interdiscursividade e intertextualidade; na distribuição textual, evidencia-se as cadeias intertextuais e, finalmente, o consumo do texto tem a ver com a coerência, que, no caso, liga-se mais a quem recebe esse texto do que com quem o produz. Em acréscimo a essa proposta, Fairclough (2008) acrescenta as condições da prática discursiva, em que reúne aspectos sociais e institucionais que se articulam com a produção e o consumo de textos.

Precisamos ter em mente que todos os discursos são estruturados socialmente a fim de não fazermos uma leitura ou interpretação simplista sobre o poder que se faz representar na linguagem. Esse aspecto interfere diretamente na produção, recepção e consumo de um texto porque

Nossa liberdade (inclusive de dizer, de escrever, de replicar, e até de compreender) é sempre relativa, porque precisamos nos movimentar em quadros estruturantes que precedem nossa ação no mundo. Considerando que estruturas sociais sempre antecedem ações, inclusive ações discursivas, então as estruturas com as quais lidamos no momento de nossa ação no mundo são “conformadas por ações de outros atores que [nos] antecederam” (RESENDE, 2017, p. 17).

A seguir, trazemos um quadro-resumo do que foi proposto por Fairclough (2008) sobre a dimensão da análise discursiva para seu modelo tridimensional:

**Quadro 3 – Análise da prática discursiva**

<b>PRÁTICAS DISCURSIVAS</b>	<b>TÓPICOS</b>	<b>OBJETIVOS</b>
Produção do texto	Interdiscursividade	Especificar os tipos de discurso que estão na amostra discursiva sob análise, e de que forma isso é feito.
	Intertextualidade manifesta	Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto da amostra, e como isso acontece.
Distribuição do texto	Cadeias intertextuais	Especificar a distribuição de uma amostra discursiva através da descrição das séries de textos nas quais ou das quais é transformada.
Consumo do texto	Coerência	Considerar as implicações interpretativas das particularidades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Como os textos são interpretados e quanto de trabalho inferencial é requerido.
Condições da prática discursiva	Geral	Especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, ligadas ao tipo de discurso que a amostra representa.

**Fonte:** Fairclough (2008); Pedrosa (2008, p. 139).

Abaixo, concomitante às explicações necessárias sobre esta análise, traremos os exemplos já analisados na primeira dimensão.

### Produção, distribuição e consumo do texto

Os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade são propriedades textuais que expõem o quanto um texto está repleto de outros textos. Se tivermos marcas textuais de aspas, a voz do outro, a literalidade, então estamos tratando da intertextualidade. Se a presença de outros textos for via ideias não marcadas linguisticamente, estamos, no caso, diante da interdiscursividade. Contudo, de uma forma ou de outra, quando utilizamos a voz do outro, podemos assimilá-la, contradizê-la ou fazer ressoá-la ironicamente (FAIRCLOUGH, 2008; PEDROSA, 2008). Vejamos o que ocorre com o fragmento 02, ex. 02:

Elas são muito importantes para democratizar o acesso ao ensino superior, porém, a gestão (principalmente na UFRN campus Natal) não procura de fato ajudar os estudantes, de tal forma que eles têm de lutar por direitos básicos que deveriam ter acesso facilmente [...].

Subtendido ao dizer negativo “a gestão (principalmente na UFRN campus Natal) não procura de fato ajudar os estudantes”, inferem-se vozes



sociais que afirmam o contrário, que “a gestão procura ajudar os estudantes” com as políticas públicas de assistência estudantil.

No processo de produção, a intertextualidade evidencia a historicidade dos textos. Na distribuição, a intertextualidade exerce o papel na “exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 114). Já no processo de consumo, a intertextualidade se torna útil ao destacar que não é unicamente “o texto” (ou os textos) que conforma a interpretação, mas também os demais textos que os intérpretes acionam à sua interpretação. Quanto a esse material de análise, podemos considerar que a distribuição ocorre, primeiramente, entre os pesquisadores (da produção deste artigo científico); depois entre os leitores, formando uma cadeia intertextual.

De fato, como afirma Pedrosa (2008, p. 141), a intertextualidade pressupõe a inclusão da história em um texto e, portanto, desse texto na história, pois “os textos absorvem e são construídos de textos do passado, assimilando-os, respondendo-lhes, reacentuando-os e retrabalhando-os”. O texto “ajuda a fazer história, contribuindo para que ocorram processos de mudança mais amplos”, tendo em vista que “também antecipa e molda textos subsequentes”.

A exemplo deste texto científico, que é um texto subsequente que se constituiu a partir do texto primeiro, a distribuição de um texto vai depender de suas cadeias intertextuais, como já afirmado, limitando-se pelas número de instituições e de práticas sociais em que este texto específico pode circular (universidades, por exemplo). Quanto ao consumo do texto, segundo perspectiva da análise faircloughiana, a coerência não é vista como propriedade da produção de um texto, essa passa a ser considerada como propriedade ligada à interpretação textual. Um ponto argumentativo dessa tese defende que um texto só faz sentido para o leitor quando este consegue interpretá-lo, gerando leituras coerentes. Foi o que buscamos fazer e essa leitura tornou-se coerente devido à formação em base como ACPP e



ACD, nos tornando intérpretes desses textos primeiros. Fairclough (2008) assevera:

Os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles que são “capazes” de usar suposições de sua experiência anterior, para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes. Não se deve entender com isso que os intérpretes sempre resolvam plenamente as contradições de textos (FAIRCLOUGH, 2008, p. 171, grifos do autor).

Os textos são produzidos e consumidos em contextos sociais específicos (uma tese de doutorado para um Programa de Pós-graduação em Educação). Entender esse aspecto é fundamental para compreender as condições de práticas discursivas. Nesses contextos sociais, produtores e consumidores ocupam papéis múltiplos e esse fator interfere diretamente na produção e recepção do texto/discurso.

#### Análise social: a leitura da vida sob uma visão macrosociológica

A análise social advém de tradição macrosociológica, trazendo em seu bojo características interpretativas. Fairclough traça o objetivo geral dessa prática, qual seja: especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 289), isso porque “a prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 99). Abaixo, um quadro-resumo da prática social.

**Quadro 4** – Análise da prática social

ELEMENTOS DE ANÁLISE	OBJETIVOS
Matriz social do discurso	“Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua representação ou transformação?” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 289-290).
Ordens do discurso	Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.





Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).
---	---

Fonte: Fairclough (2008); Pedrosa (2008, p. 149).

O ponto central da análise social é verificar os aspectos ideológicos e hegemônicos velados (ou explícitos) no discurso. “As ideologias implícitas nas práticas discursivas são por demais eficazes quando se tornam naturalizadas e conseguem atingir o *status* de senso comum”, explica Pedrosa (2008, p. 149-150) numa releitura de Fairclough (2008). Não obstante, essa característica “estável” e “estabelecida” das ideologias pode, pela transformação, ser contida, e assim, promover mudanças nas práticas discursivas, redefinindo as relações sociais e apagando relações de dominação.

Fairclough (2008) define ideologias como significações (representações) da realidade (relações e identidades sociais, mundo físico etc.) que se baseiam em diferentes dimensões das práticas discursivas e que podem contribuir para a produção e reprodução, mas também para as transformações das relações de abuso de poder.

Fairclough defende que os sujeitos, ou atores sociais, mesmo tendo a sua formação ideológica, podem ir além e desenvolver capacidade reflexiva no seu agir ao selecionarem, entre as abalizadas ideologias e práticas, as que são expostas no dia a dia, suas próprias crenças e valores. O autor argumenta: “o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 121).

Magalhães, Martins e Resende (2017) nos fazem conhecer o posicionamento de Van Dijk quanto à ideologia. Ele indica trabalhar com um conceito geral de ideologia que também abranja “sistemas que sustentam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a injustiça social” (1998, p. 16 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 45). É o que



vemos nos discursos em análise. Lexias específicas apontam para essa grande e séria questão de injustiça social.

Fragmento 01; ex. 01

É de extrema importância, pois o direito a educação é fundamental a qualquer cidadão (...)

Fragmento 02; ex. 02

Elas são muito importantes para democratizar o acesso ao ensino superior, [...]

Fragmento 04; ex. 03

[...] Muitos estudantes passam fome na residência e outros não conseguem ter um auxílio transporte. [...]

Fragmento 05; ex. 01

[...] é preciso uma seleção que irá escolher os pobres dos mais pobres, isso é problemático pois as necessidades são encontradas para todos aqueles que buscam a assistência estudantil.

Fragmento 08; ex. 05

Acho extremamente necessário, considerando a ausência de equidade social em nosso país é fundamental pensar em políticas que atuem na melhora e continuidade do ensino de populações mais vulneráveis.

A hegemonia vem como segundo ponto a ser discutido na análise da prática social. Esse conceito se fundamenta nos estudos de Gramsci sobre o capitalismo ocidental, os quais são trazidos por Fairclough (2008). Em destaque, alguns entendimentos de hegemonia que Fairclough (2008, p. 122) aceita e reportados por Pedrosa (2008, p. 151-152):

- a) É tanto liderança como exercício do poder em vários domínios de uma sociedade (econômico, político, cultural e ideológico).
- b) É, também, a manifestação do poder de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, porém nunca alcançando, senão parcial e temporariamente, um 'equilíbrio instável'.
- c) É, ainda, a construção de alianças e integração através de concessões (mais do que a dominação de classes subalternas).
- d) É, finalmente, um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes (e blocos), a fim de construir, manter ou, mesmo, a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas.



Portanto, podemos arrematar que a produção, a distribuição e o consumo de textos são um dos focos da luta hegemônica que contribuem, em níveis variados, para a reprodução das relações sociais, mas por outro lado, também colaboram para a transformação dessas relações sociais desiguais, quando enfrentadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, ao colocarmos em diálogo a Abordagem Cognitiva de Políticas Públicas com a Análise Crítica do Discurso, estamos, de certa forma, desfazendo a preocupação de Hassenteufel (2008) acerca da importância de instrumentalizar as análises cognitivas de políticas públicas com análises do discurso, considerando que um dos grandes pilares da análise em ACD é identificar os aspectos sociais no discurso. A interdisciplinaridade, o romper de fronteiras disciplinares, marca as pesquisas em ACD “favorecendo o diálogo entre correntes do funcionalismo linguístico e disciplinas das Ciências Humanas e Sociais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 198).

Portanto, o diálogo entre as abordagens parece ser profícuo porque pode oferecer novas perspectivas teóricas e novos conceitos para complementar, estimular e ampliar a produção do conhecimento no campo educacional brasileiro na medida que podem contribuir nas análises das políticas públicas setoriais.

Como afirmam Teixeira, Oliveira e Sousa (2018), a análise das políticas públicas no geral e das políticas educacionais em particular não formam um todo coerente, sendo esse um impasse teórico e metodológico que precisa ser vencido diante das múltiplas contradições e incoerências que ela manifesta. Para sair dessa dificuldade, o trabalho de análise deve se esforçar para colocar luz sobre as ações públicas e as interpretações que os atores sociais fazem dessas políticas, assim, nada mais profícuo que estreitar perspectivas analíticas.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. S. D. P. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 99-112.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. **Decreto** nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 28 abr. 2022.
- CARVALHO, G. A prosódia atitudinal: apreciação e julgamento em críticas de cinema. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 113-130.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competentes e outras falas. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CUNHA, J. P. L. **“KD o pai dessa criança?!”**: uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de Down. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. p. 90-152.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (ed.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 179-203.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F de. (Org). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 78-103.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. [Revisão de Christian M. I. M. Matthiessen]. 3ª ed. London: Edward Arnold, 2004.
- HASSENTEUFEL, P. **Sociologie de l'action publique**. Paris: Armand Colin, 2008.



JOBERT, B.; MULLER, P. **L'État em Action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UnB, 2017.

MARX, K. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, J. A.; SOUSA, A. da S. Q. **Formulário de pesquisa**: Experiências com a assistência estudantil na UFRN. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

MELO, I. F. de. História da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEYER, M. Ente la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 35-59.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: Euff, 2018.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise de políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

PARDO, M. L. Metodología de da Investigación em Linguística: Reflexiones y propuesta. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 271-288, jul./dez., 2015.

PEDROSA, C. de E. F. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático. Aracaju: Editora UFS, 2008.

RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (org.) **Outras Perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

SANTOS, Z. B. dos. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. **SOLETRAS**, n. 28, p. 164-181, jul./dez., 2014. ISSN: 2316-8838. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/soletras.2014.12994>.



SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TEIXEIRA, R. A. G.; OLIVEIRA, A. F. T. de M.; SOUSA, A. da S. Q. Cenários e perspectivas de políticas públicas da educação especial no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n. 3, p. 452-480, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/653/408>. Acesso em: 21 dez. 2018.

VAN DIJK, T. A. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. (org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1998. p. 105-168.

VIAN JR., O. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 19-29.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: —; MEYER, M. (orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34. WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). **Methods of critical discourse analysis**. 2.ed. London: SAGE, 2009.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology. In: Wodak, R.; Meyer, M. (eds.). **Methods of Critical Discourse Studies**. Sage: London, 2015, p. 1-22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/284725833\\_Critical\\_discourse\\_studies\\_histor\\_y\\_agenda\\_theory\\_and\\_methodology](https://www.researchgate.net/publication/284725833_Critical_discourse_studies_histor_y_agenda_theory_and_methodology). Acesso em 19 mai. 2016.

ZITOUNP, P. A abordagem pragmática das políticas públicas. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (orgs.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021.

Recebida em: 30 de abril de 2022.  
Aprovada em: 17 de maio de 2022.  
Publicada em: 20 de maio de 2022.

